Coordenadoria Geral de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa

ISSN: 3086-6553 v. 2, 2026

DOI: https://doi.org/10.68103/jnq7qr81

Educação inclusiva e cultura digital: a valorização da diferença para promoção de práticas inclusivas

Roseneide Maria Batista Cirino[1]
https://orcid.org/0000-0001-5107-8826

Samanta Jander Chimene Brill[2]
https://orcid.org/0009-0004-6744-7242

Resumo

Propomos uma reflexão acerca das ideias sobre inclusão, diferença e cultura digital. Pautamos os princípios constitucionais da educação enquanto direito inalienável e a inclusão como possibilidade de aprendizagem para todos, da escola como espaço da diferença e das relações marcadas pelas influências da cultura digital. Buscamos analisar os pontos de integração entre a educação inclusiva e a cultura digital. A pesquisa identifica desafios nessa integração, extraídos das contribuições de pesquisadores que auxiliam na superação das lacunas. A discussão está pautada nas contribuições que tratam da diferença humana como uma marca que contribui para as novas aprendizagens, dialogando principalmente com Mantoan que, pela abordagem da diferença, ratifica o valor da inclusão e rejeita customizações redutivas, destacando a natureza multiplicativa da diferença. Conclui-se que a promoção de práticas que reconhecem a cultura digital promove competências pessoais, contribui para o desenvolvimento global dos estudantes e consolida uma escola que valoriza a diferença.

Palavras-chave: Inclusão. Práticas Inclusivas. Cultura Digital.

Inclusive Education and Digital Culture: Valuing Differences to Promote Inclusive Practices

Abstract

In this article, we propose a reflection on ideas related to inclusion, difference, and digital culture. We ground our discussion in the constitutional principles of education as an inalienable right, thus emphasizing inclusion as a possibility for learning for all. The school is viewed as a space for the manifestation of difference and relationships marked by the influences of digital culture. Our aim is to analyze points of integration between inclusive education and digital culture. The research identifies practical and conceptual challenges in this integration, drawn from

[1] Doutora. Universidade Estadual do Paraná/Paranaguá. E-mail: roseneide.cirino@unespar.edu.br
[2] Mestre. Rede Municipal de Ensino de Umuarama. E-mail: samantabrill@gmail.com

contributions by researchers that assist in overcoming existing gaps. The discussion is based on contributions that address human difference as a hallmark contributing to new learning experiences, engaging primarily with Mantoan's approach that underscores the value of inclusion and rejects reductive customizations, emphasizing the multiplicative nature of difference. We conclude that promoting practices recognizing digital culture fosters personal competencies, contributes to the overall development of students, and solidifies a school that values difference.
Keywords: Inclusion. Inclusive Practices. Digital Culture.

Educación inclusiva y cultura digital: Valorizando las diferencias para promover prácticas inclusivas

Resumen
En este artículo, proponemos una reflexión sobre ideas relacionadas con la inclusión, la diferencia y la cultura digital. Fundamentamos nuestra discusión en los principios constitucionales de la educación como un derecho inalienable, enfatizando la inclusión como una posibilidad de aprendizaje para todos. La escuela se concibe como un espacio para la manifestación de la diferencia y las relaciones marcadas por las influencias de la cultura digital. Nuestro objetivo es analizar puntos de integración entre la educación inclusiva y la cultura digital. La investigación identifica desafíos prácticos y conceptuales en esta integración, extraídos de las contribuciones de investigadores que ayudan a superar las brechas existentes. La discusión se basa en contribuciones que abordan la diferencia humana como un distintivo que contribuye a nuevas experiencias de aprendizaje, interactuando principalmente con el enfoque de Mantoan que subraya el valor de la inclusión y rechaza las personalizaciones reduccionistas, enfatizando la naturaleza multiplicativa de la diferencia. Concluimos que promover prácticas que reconozcan la cultura digital fomenta competencias personales, contribuye al desarrollo integral de los estudiantes y consolida una escuela que valora la diferencia.
Palabras clave: Inclusión. Prácticas Inclusivas. Cultura Digital.

1 Introdução

A educação, enquanto direito constitucional e princípio estruturante da cidadania, permanece atravessada por tensões entre o ideal democrático e as práticas escolares historicamente homogeneizadoras. No campo da educação inclusiva, tais tensões se expressam na dificuldade de superação de modelos categorizadores e compensatórios que, embora se proponham inclusivos, ainda operam sob lógicas adaptativas e segmentadoras.

Paralelamente, a cultura digital vem reconfigurando modos de produzir conhecimento, comunicar-se e aprender, instaurando novas dinâmicas de autoria,

colaboração e participação. Contudo, a articulação entre educação inclusiva e cultura digital ainda é frequentemente tratada de maneira instrumental.

Problema de pesquisa: de que modo a cultura digital pode contribuir para a consolidação de práticas pedagógicas alinhadas à valorização da diferença?

Hipótese: quando mediada por intencionalidade pedagógica, a cultura digital amplia autoria, participação e aprendizagem.

Objetivo: analisar pontos de interseção entre educação inclusiva e cultura digital.

A educação, direito constitucional de todo o cidadão brasileiro, é também o direito menos garantido do ponto de vista da prática educacional. A educação enquanto direito é uma versão ampliada da ideia de educação, visto que não significa apenas um verbete que pode ser adjetivado em formal e não formal, mas uma concepção que a depender da visão de mundo, de homem, de escola e de sociedade pode se expressar emancipatória e democrática ou não.

A ideia de democracia articulada por teóricos renomados como Saviani (2021) implica refutar a noção de uma escola em que nela adentram crianças ano a ano e dela saem sem acessarem o conhecimento. Com efeito, cabe relembrar a terceira tese do autor, na qual afirma que quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos ela foi democrática. Tratando, no dizer do autor de um direcionamento político que perpassa a compreensão da função social da escola ressaltando que não é suficiente apontar para a concepção correta: é preciso também que as certezas sejam abaladas.

É inegável que as discussões sobre educação para todos e educação inclusiva colocou em xeque muitas certezas; de igual modo é fato que as discussões sobre inclusão iniciadas na década de 1990, representaram também importante desvelamento das contradições postas numa escola que se propõe a incluir, a democratizar e que confronta com a não aprendizagem e exclusão de inúmeros cidadãos e, explicitamente, não apenas estudantes com deficiência. Era preciso resolver o problema de garantir o acesso a todos os alunos e, junto a isso, o desafio de garantir aprendizagens. Garantir aprendizagem por sua vez, significava democratizar o conhecimento, entretanto, um conhecimento que na sua forma sistematizada deve ser fechado, pronto e acabado. Com tal desafio era preciso, então, pensar políticas, leis, meios, estratégias, recursos para viabilizar a participação, naquele contexto, de alunos com deficiência nesta escola padrão.

Ocorre então o confronto entre realidade e expectativa, agora, abalada, visto que as certezas de uma escola que ensinava, ainda que de fato não acontecia para todos, é posta em questionamento. Ou seja, as crianças não estavam aprendendo e, no contexto das discussões sobre inclusão, referendava-se serem crianças com deficiência que não aprendiam, negligenciando inúmeros outros excluídos. Com a certeza de que a escola existente não estava preparada e com outras modalidades educacionais precisando ser pensadas, tem início o "puxadinho" a educação especial como modalidade que bem mais tarde começa a ser refletida à luz de ideias da inclusão.

Nessa perspectiva os alunos passam a ser identificados pelas suas deficiências e as distinções tradicionais entre normalidade e desvio são mantidas, em termos de grupos profissionais e na organização mais ampla da educação. (Nilholm, 2021). Fato é que desde as origens se vivencia a justaposição da inclusão e da educação especial (Mantoan, 2003), o que gera, muitas vezes, perspectivas diversas de vários intervenientes e impacta tanto políticas quanto as práticas, perpassando pelos professores nas salas de aula que as implementam e, ficando a criança com deficiência entendida como "diferente" sempre no centro da questão.

Neste artigo, propomos uma reflexão acerca das ideias sobre inclusão, diferença e cultura digital. Pautamos os princípios constitucionais da educação enquanto direito inalienável de todos e, portanto, a inclusão como possibilidade de aprendizagem para todos, na escola, como espaço privilegiado de manifestação da diferença e das relações atuais marcadas pelas influências da cultura digital. Tomamos como base o pressuposto de que a inclusão diz respeito à participação ativa de todos os alunos socialmente e educacionalmente (Nilholm, 2021).

Buscamos, na reflexão, considerar a articulação desses conceitos como um pressuposto para a valorização da diferença e a promoção de culturas e práticas inclusivas com o objetivo de: analisar os pontos de interseção entre a educação inclusiva e a cultura digital. Ao examinar as práticas de Educação Inclusiva destacamos a importância da interconexão com a dimensão da cultura digital. A pesquisa identifica desafios práticos e conceituais nessa integração, extraídos das contribuições de pesquisadores que podem auxiliar na superação das lacunas existentes. (Marcon; Malaggi, 2024).

O pano de fundo para a discussão está nas contribuições que tratam da diferença humana como uma marca que contribui para as novas aprendizagens, dialogando principalmente com Mantoan (2017) que, pela abordagem da diferença, ratifica o valor da inclusão, rejeita customizações redutivas e destaca a natureza multiplicativa da diferença. Conclui que a promoção de práticas que reconhecem a cultura digital promove competências pessoais, sociais, emocionais e contribui para o desenvolvimento global dos estudantes, consolidando uma escola que valoriza a diferença. Texto do artigo organizado em tópicos de acordo com a necessidade dos autores.

2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e abordagem analítico-interpretativa, ancorada em referenciais teóricos do campo da educação inclusiva, dos estudos da diferença e da cultura digital. O corpus foi constituído por produções acadêmicas de autores reconhecidos nessas áreas, entre os quais se destacam Mantoan (2003, 2017, 2023), Abramowicz *et al.* (2011), Giraffa (2021), Nilholm (2021) e Coppi *et al.* (2022), cujas contribuições sustentam a problematização teórica e a construção analítica do estudo.

O levantamento bibliográfico teve como finalidade mapear e selecionar produções científicas pertinentes ao objeto investigado. Para tanto, foram consultadas as bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico. Estabeleceu-se como recorte temporal o período de 2011 a 2023, de modo a contemplar produções contemporâneas e consolidadas sobre a temática. A busca foi orientada pelos descritores: 'inclusão escolar', 'cultura digital' e 'práticas pedagógicas', combinados por operadores booleanos quando pertinente.

O processo de seleção ocorreu em etapas sucessivas. Inicialmente, realizou-se a leitura exploratória dos títulos e resumos, com vistas à identificação da aderência temática ao objeto de estudo. Foram excluídos trabalhos que não se inseriam no campo educacional, que abordavam temáticas dissociadas do foco da pesquisa ou que se restringiam a aplicações disciplinares específicas, sem diálogo com a perspectiva inclusiva. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, constituiu-se um conjunto de doze textos para leitura integral e aprofundamento analítico.

A análise foi conduzida por meio de leitura interpretativa de base teórico-crítica, orientada pela construção de categorias temáticas emergentes. Inicialmente, estruturaram-se três eixos analíticos: inclusão e diferença; cultura digital; e práticas pedagógicas inclusivas. No movimento analítico, esses eixos foram articulados e reconfigurados em dois núcleos interpretativos centrais, que sustentaram a discussão dos achados à luz do referencial teórico adotado. Esse procedimento possibilitou a identificação de convergências, tensões e deslocamentos conceituais, contribuindo para uma compreensão ampliada das relações entre inclusão, diferença e mediações pedagógicas no contexto da cultura digital.

3 Educação inclusiva: o valor da diferença na escola

A educação inclusiva tem se constituído uma meta proclamada e instituída em aparatos políticos e legais que, por vezes, não alcança as práticas. A educação escolar, se caracteriza no bojo das relações sociais como um espaço privilegiado de expressão das diferenças. No contexto de discussão e valorização da diferença na escola, em um dado momento se veiculou argumentos que ora referenciam a diferença ora a diversidade.

A distinção do que é diversidade e diferença é um tanto producente visto que em momentos falamos em diversidade, outros em diferença e não raro como ideias sinônimas. Considerando que não são conceitos iguais e nem próximos importa distinguir visto que, grosso modo, podemos dividir essas noções em três linhas: a primeira trata as diferenças e/ou diversidades como contradições que podem ser apaziguadas; a tolerância seria uma das muitas outras formas de apaziguamento, a repactuação, sem esgarçar o tecido social, sendo sintetizadas pelo multiculturalismo. A segunda vertente, denominada liberal ou neoliberal que usa a palavra diferença ou diversidade como estratégia de ampliação das fronteiras

do capital, pela maneira com que comercializa territórios de existência, formas de vida, a partir de uma maquinaria de produção de subjetividades e, por fim, a perspectiva que enfatiza as diferenças como produtoras de diferenças, as quais não podem se apaziguar, já que não se trata de contradições (Abramowicz *et al.*, 2011).

Não temos a pretensão de aprofundar essa discussão conceitual, entretanto, cumpre destacar que essas três linhas de abordagem das diferenças e diversidades proporcionam uma interessante perspectiva para a compreensão dos debates contemporâneos sobre inclusão e reconhecimento da diferença como condição humana.

Na acepção sintetizada com base no multiculturalismo vislumbra-se uma tendência a reduzir as diferenças às relações superficiais, camuflando, no seio dessa convivência, as desigualdades estruturais subjacentes e negligenciado a necessidade de se lidar com real promoção da igualdade de oportunidades. Por sua vez, as ideias fundadas na acepção liberal ou neoliberal advogam a favor das diferenças para expandir as fronteiras do capital, transformando-as em produtos comercializáveis. Notadamente, o alcance é restrito e a superficialidade no reconhecimento da diferença prevalece perpetuando desigualdades demarcadas, sobretudo, pelas relações sociais e econômicas. A diferença reconhecida como produtora de diferenças não expressa contradições a serem apaziguadas, mas sim potencialidades para se demarcar identidades em que as diferenças são celebradas e seu potencial valorizado, como ponto fulcral para enriquecer a sociedade e promover a diversidade cultural. Nessa linha, a diferença se coloca também como espaço e tempo de convivências e interações passíveis de conflitos e mesmo desigualdades o que, por sua vez, pressupõe abordagens mais profundas e transformadoras para lidar com essas questões.

Mantoan (2023) numa de suas exposições propõe um esclarecimento básico sobre essa questão fazendo uma alusão a conhecida imagem veiculada como promotora de equidades, na qual se evidencia a cena de três crianças atrás de um alambrado em madeira assistindo aparentemente um jogo. Ocorre que as crianças são diferentes no tamanho e, portanto, a imagem é mostrada sendo a primeira criança sem apoio algum, a segunda criança com apoio de um caixote sob os pés e a terceira criança com apoio de dois caixotes sob os pés. Dessa imagem, a autora propõe uma importante reflexão: se há a necessidade de se fazer adaptações, para visualizarem o jogo colocando "caixotes aqui e ali" por que não se tira o alambrado?

Pensar em inclusão, valorizar a diferença é acima de tudo permitir que os sujeitos sejam como são, ou seja, ressalta Mantoan (2017) que é preciso rejeitar customizações redutivas e compreender a natureza multiplicativa da diferença, ou seja, diferença gera diferença e na valorização das diferenças estão as novas e sólidas aprendizagens. O modelo calcado na valorização superficial das diferenças tem configurado obstáculos na implementação efetiva de práticas inclusivas, incluindo a exclusão no acesso à escola, o despreparo da estrutura escolar e a imposição de modelos identitários.

Reconhecer a diferença, pela superficialidade categorial, implicou em especializações curriculares e em recursos humanos na pretensa ideia de que para ensinar sujeitos "especiais" fossem necessários professores "especiais". Munidos da pecha da especialidade, professores e alunos se veem imersos em malabarismos curriculares e metodológicos que pouco ou nada agregam ao potencial humano. De fato, marcar a diferença por agrupamentos - áreas de deficiência–público-alvo - é problemático, pois retifica a diferença, desconsiderando sua natureza mutante. Nesse contexto, ressalta Mantoan (2023) a dificuldade na distinção entre diferença e diversidade representa um desafio, assim como os modos de subjetivação que aprisionam as pessoas em representações definidas por outros.

As ideias postas nestas reflexões permitem compreender que não se trata de promover adaptações visto que se aproximam de "remendos de borracharia" (Arroyo, 2012), mas entender que no ensino é necessária uma profunda transformação legitimando o espaço de sala de aula como demarcado por seres diferentes. Adaptações pautadas em categorias nega a riqueza das diferenças desconsiderando as especificidades, potencialidades e mesmos fragilidades inerentes a qualquer criança. A esse respeito cabe destacar:

> Individualizar é necessário quando pensamos em serviços, recursos e materiais que podem auxiliar o estudante que está em uma condição de deficiência a se locomover, a ler adequadamente e a se comunicar com seus pares, por exemplo, mas isso tem a ver com uma diferenciação que parte de uma solicitação do próprio sujeito, como é usual na Tecnologia Assistiva (TA), não é uma adaptação do ensino (Lanuti; Mantoan, 2018, p. 124).

O reconhecimento e a valorização da diferença, na escola, emergem como elementos essenciais na construção de uma educação inclusiva. Conforme expresso por Mantoan (2017), a luta pelo poder na definição e demarcação de conceitos, ao classificar e comparar, está intrinsecamente ligada ao processo de inclusão e exclusão. Portanto, a conscientização sobre a natureza subjacente da diferença é crucial para superar os entraves a mudanças propostas pela inclusão, há que se promover uma abordagem pedagógica que celebre a diversidade, rejeite padrões excludentes e valorize a multiplicidade de experiências e potenciais dos alunos.

Com destaque, Lanuti e Mantoan (2018, p. 122) reiteram que a escola deve ser

> reestruturada de modo que o processo de ensino seja planejado e desenvolvido a partir da imprevisibilidade das relações humanas, da capacidade de diferenciação do sujeito em relação a si mesmo e não ao outro, da diferença de todos e não de alguns.

Mantoan (2017) propõe uma pedagogia inclusiva baseada em princípios que rejeitam customizações e adaptações destacando a importância de acolher a

diferença de todos os alunos, reconhecendo sua natureza multiplicativa. Trata-se de uma visão transformada e profunda que garante legitimidade e a autonomia dos alunos, promovendo expressão livre, trabalho colaborativo em redes e conteúdos escolares diversificados.

Nesse contexto, se houver "adaptações/customizações" assevera a autora que seja uma responsabilidade atribuída ao aluno, não ao professor, visando permitir que os alunos ajam com base em suas capacidades. A perspectiva de diferença proposta por Mantoan (2023) destaca a necessidade de uma pedagogia inclusiva que reconheça, respeite e promova a diferença, rejeite práticas que levem à exclusão e que busque aquelas que valorizem a autonomia, a colaboração e a constante evolução da diferença.

A valorização da diferença, na escola, impõe a transformação da abordagem educacional, especialmente no contexto da inclusão de alunos anteriormente excluídos, como aqueles com deficiência. Mantoan (2023) destaca a necessidade de se repensar a identificação e a compreensão desses alunos, afastando-se de abordagens médicas e reabilitadoras, para adotar uma abordagem social de interpretação da deficiência. Por identidade que ratifica ser a deficiência apenas uma forma diferente de se constituir humano.

Com efeito, esta abordagem coloca em xeque a forma como conceituamos e entendemos a própria inclusão:

> [...] há investigadores mais radicais cuja visão é uma nova forma de escolarização que prima pela comunidade e pela cooperação entre diferentes diversidades. Dito de forma ligeiramente diferente: por um lado, a palavra inclusão foi adicionada a um discurso tradicional sobre necessidades especiais. Os alunos são identificados, em grande medida, pelas suas deficiências e as distinções tradicionais entre normalidade e desvio são mantidas, em termos de grupos profissionais e na organização mais ampla da educação. É aqui que podemos localizar a maior parte da investigação atual sobre educação inclusiva. Por outro lado, vários investigadores têm utilizado a palavra inclusão para desafiar as estruturas educativas tradicionais (Nilholm, 2021, p. 362).

Romper com lógicas enraizadas nas escolas requer que se transforme a forma como se compreende o que seja inclusão, a forma como se compreende o que é diferença, a forma como se compreende o que é válido no processo de ensino. De outro modo, significa entender que inclusão diz respeito a todos os alunos e as oportunidades que têm para participar socialmente e educacionalmente, logo: "[...] inclusão significa que todos os alunos devem participar socialmente e aprender de acordo com os seus pré-requisitos. Idealmente, isto também envolveria a criação de comunidades nas escolas e nas salas de aula" (Nilholm, 2021, p. 362).

O autor enfatiza ainda, que defender a inclusão sob essa perspectiva implica entender como isso deve ser alcançado na prática, considerando que inúmeras

investigações centram em discutir sobre educação inclusiva, mas poucas discutem como essa se materializa nas práticas. O proposto por Mantoan (2017, 2023) sinaliza para essa questão ao dizer sobre a necessidade de se retirar "o alambrado" ao invés de se fazer adaptações, "colocando os caixotes". Pensando nesse contexto, é importante salientar que as relações atuais com o conhecimento e/ou informações têm ultrapassado os limites convencionais, de modo que novas abordagens emergem, como as discussões em torno da cultura digital como pressuposto de valorização e reconhecimento da diferença.

Discorremos, assim, nessa seção acerca da diferença, da inclusão direcionando para o entendimento do que seja a inclusão vista na perspectiva da valorização da diferença, da participação e da aprendizagem de todos, sem a centralidade em categorias. Destacamos a importância de se buscar transformações na escola, que desvelem práticas inclusivas que, por sua vez, requerem explicitações sobre como se materializar em sala de aula.

Nesse sentido, buscamos nas contribuições da cultura digital a face passível de ser articulada à inclusão. Inicialmente, estabelecemos como marco de análise e reflexão que a cultura digital para a aprendizagem se manifesta nos processos de mediação pedagógica em contextos de apropriação de tecnologias digitais. No seio da prática escolar, não raro os sujeitos que pouco interagem com o modelo formal de ensino tornam-se surpresos ao terem a possibilidade de projetar, pensar, solucionar problemas a partir de suas experiências e saberes compreendidas na sua capacidade de lidar com o aparato digital disponível.

Tal intento requer a flexibilização, do ponto de vista do planejamento, o diálogo constante e a mediação nas situações-problemas como condição base para a construção do conhecimento em que a integração das competências de "Fluência Digital", "Prática Pedagógica" e "Planejamento" emerge como uma abordagem útil para potencializar o aprendizado em ambientes digitalizados (Giraffa *et al.*, 2021). Nesse sentido, reconhecer a diferença que se manifesta nas múltiplas formas de interação com o conhecimento é também desenvolver práticas inclusivas que, nesta discussão, relacionamos às práticas mediadas pelos recursos e potenciais da cultura digital.

4 Práticas inclusivas: reconhecendo as contribuições da cultura digital para aprendizagem de todos

Nesta seção vamos discorrer sobre alguns pontos da era digital que materializa uma dada cultura digital. Embora não tão recente, a discussão e a difusão sobre a cultura digital e/ou temas relacionados ainda não é tão cotidiana na escola. Buscamos num trecho de música de Gil (1997) que numa majestosa licença poética intitulada "Pela Internet" dizia Criar meu web site. Fazer minha home page. Com quantos gigabytes. Se faz uma jangada. Um barco que veleja […]" para referendar que o mundo, as interações humanas passavam a um outro

patamar que nos indicava que, com a difusão em massa da internet, avanços e rupturas de limites seriam/deveriam ser consolidados.

O número de computadores, celulares e smartphones tem aumentado entre populares, a cada dia nas mãos de crianças cada vez menores e não é estranho o acesso desse mundo digital a número cada vez mais significativo de alunos, ainda que, por vezes, nas escolas esse uso seja proibido. Em casa ou em outros espaços sociais a era digital se materializa e se fortalece.

A era digital promoveu mudanças significativas nos contextos educacionais, redefinindo a dinâmica de aprendizado entre professores e alunos como uma via de mão dupla. Neste cenário, a competência de "Fluência Digital" destaca-se como essencial para os educadores, transcendendo a mera habilidade técnica para abranger uma compreensão profunda e uma integração significativa das tecnologias no processo educacional. Nesse contexto, a postura do professor torna-se crucial, exigindo abertura para aprender e integrar dinamicamente as ferramentas digitais de maneira eficiente.

É relevante considerar o espaço escolar como um desafio para os alunos, especialmente quando comparado à flexibilidade oferecida pelos ambientes digitais. A imposição de um currículo contrasta com a liberdade de escolha proporcionada pelos espaços digitais, o que destaca a necessidade de repensar o ambiente escolar para torná-lo não apenas um local de convívio, mas, também, um ambiente instigante e desafiador, podendo ser inclusivo.

Marcon e Malaggi (2024) destacam que, ao analisarmos o potencial pedagógico de uma tecnologia, é crucial ir além da ideia de que os recursos tecnológicos servem unicamente para motivar, inovar ou dinamizar a prática do professor em sala de aula. A integração pedagógica de uma tecnologia demanda uma abordagem mais profunda, começando pela familiarização completa com a tecnologia – seu uso, teste, exploração das funcionalidades, limitações, identificação dos recursos disponíveis, dos aspectos técnicos e linguagens associadas. Compreender minuciosamente as características do recurso é fundamental, sendo necessário avaliar sua adequação à etapa específica da educação e do público a que está direcionado.

Dispor de um conhecimento prévio sobre os recursos tecnológicos disponíveis e também o que os alunos dispõem no seu cotidiano, auxilia o professor no uso adequado desses recursos para que possam ser utilizados a favor da aprendizagem e, portanto, possibilitem a manifestação das diferenças, na sala de aula. Esse conhecimento dos recursos possibilita que o professor, nas suas ações, compreenda o nível de "Fluência Digital" promovendo "Prática Pedagógica" com o fim de viabilizar a inclusão de todos o que pode ser materializado via um "Planejamento" intencional. Em outras palavras, é possível que um recurso tecnológico seja utilizado a favor de diversos conteúdos e, mais que interagir com os conteúdos os alunos terão, também, a liberdade de criar soluções construindo conhecimento.

Ademais, a intencionalidade pedagógica desempenha um papel essencial, exigindo uma análise cuidadosa dos objetivos de ensino, dos objetivos de

aprendizagem, dos conteúdos a serem abordados e dos conceitos a serem trabalhados. A imaginação e criatividade pedagógica, ao ousar na utilização das tecnologias, são fundamentais para inovar nas práticas pedagógicas. A incorporação de recursos digitais de maneira a proporcionar retornos à aprendizagem dos alunos, consolida a cultura digital como recurso mediacional no processo de ensino e aprendizagem.

Como já assinalado, a cultura digital quando utilizada a favor da aprendizagem pode se consolidar como práticas inclusiva. No enredo da cultura digital, a ideia de culturas está posta, logo, o princípio da diferença também. A noção de diferença é caracterizada pelo princípio da heterogeneidade nos modos de agir, interagir, partilhar, vivenciar, aprender e se relacionar. Logo, também se expressa nas formas diferentes de aprender e manifestar o aprendido; a aprendizagem que, num contexto convencional pode não se manifestar, num contexto interativo, digital, gamificado pode ser surpreendente.

Contudo, alertam os pesquisadores, tal empreendimento na prática educacional requer a flexibilidade no planejamento, o diálogo constante e a mediação de situações-problema como elementos cruciais para a construção do conhecimento. Cabe retomar Giraffa *et al.* (2021) para ressaltar que uma abordagem potencializadora da aprendizagem em ambientes digitais pressupõe a integração das competências: "Fluência Digital", "Prática Pedagógica" e "Planejamento".

Em síntese, a cultura digital oferece oportunidades significativas para enriquecer o processo educacional, exigindo uma postura ativa e adaptativa por parte dos educadores. Compreender esses desafios e buscar soluções inovadoras é essencial para aproveitar plenamente as contribuições da cultura digital para a aprendizagem de todos.

Ao analisar a utilização de ferramentas digitais, antes da pandemia, observava-se que professores mais experientes faziam uso de tecnologias digitais para fins pessoais, sem necessariamente integrá-las em sua prática pedagógica. Com a chegada do período pandêmico, houve uma intensificação no foco da educação em relação à utilização de tecnologias em sala de aula. Tal transformação não apenas impactou a comunicação entre professores e alunos, mas também influenciou as práticas pedagógicas, tornando a incorporação dessas ferramentas digitais uma necessidade evidente e de destaque no contexto educacional.

Professores são convocados a incorporar em suas práticas didáticas a base tecnológica de comunicação em redes digitais, transformando a maneira como se relacionam, ensinam e aprendem. A inserção da tecnologia na prática pedagógica não é mais uma escolha, a reflexão que cabe agora é ‘Como fazer?’, pois a incorporação da base tecnológica implica não apenas na introdução de ferramentas digitais, mas na redefinição dos métodos de ensino e interação entre educadores e alunos.

Nota-se, contudo, uma resistência por parte de alguns profissionais em utilizar a tecnologia em suas práticas. Essa resistência à incorporação plena das

tecnologias na prática pedagógica pode estar relacionada a diversos fatores, como falta de formação específica, barreiras institucionais ou questões de conforto com métodos tradicionais de ensino.

Isso reforça a importância de uma abordagem pedagógica flexível e adaptativa, reconhecendo as diferenças individuais entre os estudantes e, conforme análise de Mantoan (2017), é possível adaptar recursos, mas não o currículo. Essa é uma compreensão importante pois impulsiona a docência à superação da inflexibilidade dos métodos tradicionais de ensino e a implementação de estratégias mais flexíveis e com potencial para envolver os alunos no ambiente digital. A dinâmica complexa entre professores, alunos e tecnologia desafia estereótipos e destaca a relevância de uma abordagem mais sensível e maleável às necessidades individuais dos alunos durante o processo de aprendizagem digital.

As investigações de Coppi *et al.* (2022) apontam para as amplas contribuições da cultura digital para a aprendizagem de todos o que reflete nas políticas educacionais, especialmente, em resposta à crescente digitalização. A integração de tecnologias digitais nas instituições de ensino tem sido uma realidade em diversos países, como a Estratégia de Lisboa e a Estratégia Europa 2020, que têm como objetivo principal capacitar e incluir digitalmente todas as pessoas. O Plano de Ação para a Transição Digital, em território português, reforça essa intenção, destacando a importância da educação digital, formação profissional, inclusão e literacia digital. É importante ressaltar que o cenário brasileiro também está passando por transformações significativas na integração de tecnologias na educação carecendo, entretanto, de maior compreensão e disponibilização de recursos como meio de aprendizagem.

Numa perspectiva das políticas, nota-se que no contexto brasileiro, há um aumento na adoção de tecnologias digitais nas escolas, impulsionado por iniciativas governamentais, avanços tecnológicos, principalmente no que diz respeito aos recursos. Observa-se em alguns estados no sul e sudeste um significativo esforço por parte do governo no sentido de promover a inclusão de materiais digitais no ambiente educacional, refletindo um compromisso com a modernização e avanço tecnológico na educação. No entanto, uma lacuna emergente se concentra na preparação dos professores para incorporar efetivamente esses recursos em suas práticas pedagógicas.

Nesse contexto, é crucial reconhecer que a implementação dessas tecnologias no Brasil enfrenta desafios, como a disparidade no acesso à internet e dispositivos, em diferentes regiões do país. O país precisa equacionar essas desigualdades para garantir que todos os alunos possam se beneficiar das oportunidades oferecidas pela cultura digital na educação. Além disso, importa considerar que, o contexto brasileiro convive com práticas que ora valorizam esses recursos ora os proíbem e como exemplo, determinações recentes de grandes estados brasileiros, proibindo, o uso de celular nas escolas, evidenciando que ainda há um descompasso entre o que a tecnologia pode propiciar e a forma como ela é utilizada.

Esse contexto ressalta o apontado por Coppi *et al.* (2022) quando assinalam sobre a importância de contextualizar as discussões sobre cultura digital na aprendizagem, levando em consideração as particularidades e obstáculos específicos do contexto educacional brasileiro. Isso implica a urgência de implementar políticas educacionais abrangentes, assegurando que as tecnologias desempenhem um papel eficaz na promoção de uma educação acessível e de alta qualidade para toda a comunidade escolar.

Para alcançar esse objetivo, é crucial reconhecer que as dinâmicas educacionais não são universalmente homogêneas e exigem abordagens adaptadas às peculiaridades locais para uma implementação bem-sucedida da cultura digital. A integração da educação digital, nesse contexto, deve garantir qualidade, inclusão, igualdade de acesso às tecnologias, desenvolvimento de competências digitais para professores, participação ativa na sociedade digital e criação de conteúdos educativos de qualidade (Coppi *et al.*, 2022).

No contexto da era digital é importante reconhecer que os recursos digitais podem ser acessados em qualquer lugar e a qualquer momento, proporcionando flexibilidade para os alunos aprenderem no seu próprio ritmo. Isso é particularmente benéfico para estudantes com necessidades especiais ou para aqueles que enfrentam desafios de mobilidade, dentre outras situações. Vasconcelos, Prado e Barbieri (2023) destacam a necessidade de uma educação voltada para a cidadania digital, abrangendo aspectos que vão além do manejo de dispositivos. Os autores destacam ainda que essa educação inclui a compreensão da dinâmica social, comportamento individual, civilidade e segurança digital. Isso envolve a percepção das relações interpessoais, da diversidade cultural e da capacidade de se situar e contribuir de maneira construtiva na comunidade. Em suma, a cultura digital contribui para a aprendizagem de todos ao promover uma educação mais inclusiva, acessível e alinhada com as demandas da sociedade contemporânea, destacando a importância de desenvolver competências digitais essenciais para todos os envolvidos no processo educacional.

Num estudo sobre pedagogia e cibercultura Da Silva (2023) destaca os desafios e oportunidades situando que ao integrar a cultura digital na educação, as escolas contribuem para a inclusão digital dos alunos, preparando-os para uma sociedade cada vez mais digitalizada. Isso é fundamental para reduzir a disparidade digital e garantir que todos tenham igualdade de acesso às oportunidades educacionais.

Pesce *et al.* (2023) colabora com a discussão sobre o fato de que a tecnologia por si só não traz soluções mágicas para os processos educacionais, mas pode ser uma aliada nesse âmbito. A afirmação de que as redes sociais de aprendizagem dependem de colaboração, interação, integração, cooperação, coletividade e cocriação adiciona uma dimensão prática e relacional, sublinhando a importância não apenas das ferramentas digitais, mas também das interações humanas no processo educativo.

Ambientes digitais viabilizam a colaboração entre alunos, independentemente de sua localização geográfica. Ferramentas como fóruns

online, videoconferências e plataformas de compartilhamento facilitam a interação, promovendo a construção de conhecimento em conjunto. A formação nas redes sociais representa um fenômeno complexo que requer uma análise aprofundada dos processos educativos. Diversos fatores influenciam esse processo, abrangendo elementos como pluralidade, agir comunicativo, confiança, colaboração, autonomia e cooperação (Oliveira; Silva, 2022).

Apesar de sua complexidade em algumas instâncias, os recursos tecnológicos simplificam a implementação de atividades alinhadas ao desenho universal para a aprendizagem. Na atualidade os recursos e meios relacionados à cultura digital permitem a adaptação de materiais e recursos de aprendizagem de acordo com as necessidades individuais dos alunos. Plataformas e ferramentas digitais oferecem a possibilidade de personalizar o conteúdo, fornecendo suporte adicional para estudantes com ritmos de aprendizagem diferentes (Lapa *et al.*, 2020).

Na educação brasileira, como já assinalado observa-se um descompasso entre a escola e a cultura digital, o que torna a integração de tecnologias um desafio complexo. A articulação ativa dos sujeitos nas dinâmicas sociais mediadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é fundamental, assim como o desenvolvimento de competências midiáticas nas escolas.

A educação e as TICs demandam uma reflexão sobre como os professores podem integrar essas tecnologias de maneira significativa impulsionando não apenas o manuseio, mas a capacidade de relacionar-se criticamente com os meios, considerando conceitos básicos da mídia-educação. Nesse contexto, os recursos tecnológicos oferecem procedimentos e estruturas mais inclusivas e contribui para a instauração de uma nova cultura educacional. Nessa cultura, o papel do professor não é substituído; ao contrário, as formas de interação com o objeto do conhecimento, o conteúdo e suas simulações assumem uma dinâmica diferente, transformando os caminhos do pensamento e das atividades cognitivas.

A referência à transformação dos caminhos do pensamento e das atividades cognitivas, com a preservação do papel do professor na nova dinâmica, converge com a visão de Mantoan (2017) sobre a valorização do educador no processo de ensino-aprendizagem inclusivo. Assim, ao integrar esses princípios no cenário educacional contemporâneo, promovemos práticas pedagógicas que efetivamente atendem às demandas da inclusão, em consonância com as ideias propostas por Mantoan.

A pesquisa de Monteiro e Leite (2016) demonstra que a tecnologia, quando encarada como um dispositivo educacional, desempenha um papel crucial ao facilitar a participação em atividades de aprendizagem, reduzir barreiras de acesso e respeitar os distintos ritmos de aprendizado dos alunos. As autoras ressaltam a importância de proporcionar oportunidades de aprendizado em ambientes que reconheçam, respeitem e valorizem a diversidade cultural, especialmente em contextos de aprendizagem para adultos, considerando as diversas restrições pessoais e profissionais que podem influenciar os alunos, juntamente com suas expectativas variadas.

Nesse contexto, dispositivos de diferenciação pedagógica emergem como elementos que favorecem o acesso, uso e participação em ambientes digitais, alinhando-se aos princípios da inclusão digital. Monteiro *et al.* (2022) reconhecem as contribuições da cultura digital para a aprendizagem, em seu estudo e, ao analisarem as perspectivas dos professores sobre a educação em cidadania digital, indicam que os resultados evidenciam o envolvimento dos docentes no desenvolvimento de atividades para fomentar a alfabetização digital, embora as ferramentas digitais predominantes sejam plataformas online. Essas ferramentas são utilizadas tanto no ensino presencial quanto no online, abrangendo videoconferências e comunicações por e-mail dentre outras.

Ao propormos uma pesquisa ou ampliação de verbetes na Wikipedia, estamos ensinando e desafiando os alunos a ampliarem o conhecimento que lá está disponível para todos, ao passo que constroem os próprios conhecimentos. De igual modo, quando são desafiados a criarem um blog ou inserirem comentário em blogs de terceiros, atuarem numa fanpage, criarem um canal de conteúdo entre outros o que prevalece é a autoria e protagonismo da diferença.

A manifestação da diferença se expressa a todo instante e, ao interagirem com recursos e tecnologias percebemos que ao assistirem um filme, a título de exemplo, todos veem as mesmas imagens, ouvem o mesmo áudio, mas cada um interpreta, dialoga, discute ou mesmo "reescreve" o filme com seu próprio olhar. Essa manifestação também se dá quando se propõe uma pesquisa na rede e fica perceptível que cada aluno organiza seu próprio itinerário. Isso tem a ver com a diferença humana que, no ponto de partida é diferente e, no ponto de chegada também, visto que chegam a informações, a conhecimentos e a interpretações diferentes.

A manifestação da diferença e por consequência a inclusão de todos também é constatada quando os alunos são desafiados a produzirem seus trabalhos com textos, imagens e sons que buscam ou que produzem por si; aí a manifestação das diferenças é ainda mais visível. Sob essa perspectiva podemos inferir que as culturas se misturam sem perder identidade, ao contrário da homogeneização presente em práticas convencionais quando uma cultura se sobrepunha às demais. Parafraseando Gil (1997), ao criarem seu web site ou sua home page, as durezas e as belezas de cada canto aparecem e com isso todos aprendem uns com os outros e, por consequência passam a viver as diferenças como fator de coesão, aproximação e inclusão.

Nesta seção propusemos a reflexão sobre o fato de que, ao lançar mão da cultura digital na sala de aula como recurso mediador, valorizamos a diferença entre os sujeitos e, consequentemente, a aprendizagem e a inclusão de todos. Com isso retomamos as palavras de Gil (1997) "Criar meu web site. Fazer minha home page. Com quantos gigabytes (...)" para ressaltar o potencial cocriador que a cultura digital estabelece e que possibilita a manifestação da diferença enquanto condição humana essencial para novas aprendizagens.

5 Considerações finais

A articulação entre educação inclusiva e cultura digital constitui possibilidade pedagógica de valorização da diferença. Conclui-se que práticas mediadas digitalmente ampliam autoria, participação e aprendizagem, fortalecendo a escola democrática. Por fim, retomamos o nosso objetivo que consistiu em analisar pontos de interseção entre a educação inclusiva e a cultura digital para tecer as considerações à luz dos pesquisadores e teóricos da área.

Compreendemos que, por vezes, diversidade e diferença são abordadas como sinônimos, mas, de fato, enquanto a primeira refere-se a diversidades culturais, a diferença diz respeito à condição humana que requer a criação de pertencimentos, afirmações e marcações em que a diferença não seja tolerada e nem superficializada mas, acima de tudo, reconhecida como produtora de diferenças e novas aprendizagens.

Entendemos que o forte vínculo educação especial/ inclusão tem gerado distorções e exclusões de modo, que "puxadinhos" "modalidades" são criadas pautadas na lógica da separação pela categorização de seres humanos. Analisamos que, se a proposta for por uma educação inclusiva que valorize o potencial da diferença, a lógica de adaptações curriculares é redução que em nada considera a diferença. Entendemos que se adaptações forem necessárias, do ponto de vista do recurso, na perspectiva da inclusão, não se coloca "caixotes" para um se ajustar ao tamanho do outro e enxergar do outro lado do "muro", antes tira-se o "muro" pois, somente assim se garante que mesmo com suas diferenças todos podem participar do jogo.

Discorremos e entendemos que assimilar a cultura digital como mediadora no processo de ensino e aprendizagem pode contribuir para a promoção de práticas inclusivas. Na busca pela intersecção inclusão e cultura digital compreendemos que essa integração nos ambientes de aprendizagem pode transformar a educação, tornando-a mais inclusiva e centrada no aluno. Usar as tecnologias digitais nas práticas da escola, pressupõe o reconhecimento de que elas criam condições para que a produção intelectual se dê por caminhos e formas que não eram possíveis sem ela. Na prática entendemos que "passar uma redação a limpo" implicava reescrever à mão tudo o que se fez e, com as tecnologias digitais, substitui-se o esforço motor "passar a limpo" pelo intelectual em que pode se manifestar por um olhar crítico sobre o que se produziu.

Ao concluir, é evidente que a articulação cultura digital e inclusão é promissora visto que a qualidade do que se aprende está na construção e não mais na reprodução, está nas tomadas de decisões e não apenas na recepção passiva; está nas formas diversas de manifestar o aprendido e não em respostas homogêneas; está em "Criar meu web site", "Fazer minha home page" sem se preocupar "Com quantos gigabytes. Se faz uma jangada. Um barco que veleja", pois, navegar, pesquisar, buscar, construir, significa protagonizar! Entendemos que no espaço tempo deste artigo produzimos algumas reflexões e de igual modo,

permanecemos em débito, pois uma pergunta reverbera permanentemente: como fazer práticas inclusivas? Quiçá futuras pesquisas apontem para essa direção.

Referências

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES T. C.; CRUZ A. C. J. da. A diferença e a diversidade na educação. Dossiê Relações Raciais e Ação Afirmativa. **Contemporânea,** n. 2, p. 85-97, 2011.

ARROYO, M.G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

COPPI, M.; FIALHO, I.; Cid, M.; LEITE, C.; MONTEIRO, A. O uso de tecnologias digitais em educação: Caminhos de futuro para uma educação digital [The use of digital technologies in education: future paths for a digital education]. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-20. 2022. DOI: https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.19842.055. Acesso em: 12 fev. 2024.

DA SILVA, A. B. Pedagogia e tecnologias: possibilidades e desafios vivenciados na cibercultura. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, v. 4, n. 2, p. 276–289, 2023. DOI: 10.12957/rdciv.2023.76625

GIL, G. Pela Internet. **Álbum**: Quanta. IBM. 1997.

GIRAFFA, L. M. M.; MARTINS, C.; MODELSKI, D. Formação Docente em tempos de cibercultura: que tal educar em vez de apenas ensinar? *In*: SANTOS, E. O.; SAMPAIO, F. F.; PIMENTEL, M. (org.). **Informática na Educação**: fundamentos e práticas. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. (Série Informática na Educação CEIE-SBC, v. 1).

LANUTI, J. E. de O. E.; MANTOAN, M. T. E. Ressignificar o Ensino e a Aprendizagem a partir da Filosofia da Diferença. **Polyphōnía. Revista de Educación Inclusiva**, v. 2, n. 1, 2018, p. 119-129, 2018.

LAPA, A. B.; LACERDA, A. L. de; COELHO; I. C. **A cultura digital como espaço de possibilidade para a formação de sujeitos.** Disponível em: https://comunic.paginas.ufsc.br/files/2020/04/Cultura-digital-como-espa%C3%A7o-de-possibilidade-para-a-forma%C3%A7%C3%A3o-do-sujeito.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4030. Acesso em: 11 dez. 2023.

MANTOAN. M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Educação Inclusiva** - a diferença na escola. Processo Formativo nas Culturas Midiática e Tecnológica para uma Escola Digital e Inclusiva. Palestra Proferida. CPIDES. 27/09/2023.

MARCON, K.; MALAGGI, V. **(Re)Pensar Os Processos Educativos Escolares Sob O Olhar Da Inclusão Digital**. Informática na Educação: Série de Livros da CEIE-SBC. Disponível em: https://ieducacao.ceie-br.org/inclusao-digital/. Acesso em: 12 fev. 2024.

MONTEIRO, A.; LEITE, C. Inclusive digital online environments as a device for pedagogic differentiation: A taxonomy proposal. **Journal of e-Learning and Knowledge Society**, v. 12, n. 4, p. 25-37, 2016. Disponível em: http://www.je-lks.org/ojs/index.php/Je-LKS_EN/article/view/1115/603. Acesso em: 08 fev. 2024.

MONTEIRO, A. *et al.* Education towards literacy and digital citizenship of young people: Beyond "being online". **Revista Conhecimento Online**, v. 2, p. 89–107, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.25112/rco.v2.2991. Acesso em: 08 fev. 2024.

NILHOLM, C. Research about inclusive education in 2020 – How can we? improve our theories in order to change practice? **European Journal of Special Needs Education,** v. 36, n. 3, p. 358–370, 2021.

OLIVEIRA, A. A. de; SILVA, Y. F. de O. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 60, n. 64, p. 1-25, 2022. DOI: 10.21680/1981-1802.2022v60n64ID28275

PESCE, L.; BRUNO, A. R.; HESSEL, A. M. D. G. Paulo Freire e cultura digital: contribuições para as docências decoloniais e os processos (trans)formativos. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, e61429, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762023000100102&lng=pt&nrm=iso. Epub 13-Nov-2023. Acesso em: 19 fev. 2024.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 44. ed. São Paulo: Autores Associados, 2021.

VASCONCELOS, L.; PRADO, V.; BARBIERI, N. Reflexões sobre a Educação Digital como Direito Fundamental para o Exercício da Cidadania. **UNIFACS–Debate**, n. 281. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/8541. Acesso em: 11 dez. 2023.

Recebido: 04/04/2026
Aprovado: 25/03/2026
Publicado: 02/05/2026

Contribuição de autoria:
Autor 1: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração de projetos, Software, Supervisão, Validação, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão e edição.
Autor 2: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração de projetos, Software, Supervisão, Validação, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão e edição.

Editora responsável: Neide de Brito Cunha
Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

CC BY 4.0